Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

Agência iNFRA

iNFRAEnergia
Brasília, *|DATE:d|* de junho de *|DATE:Y|*
edição 1.577

Bom dia, *|FNAME|*!
Nesta edição do iNFRAEnergia: MP da Amazonas | Diário Oficial | Agenda | Monitor | Fique de Olho | Clipping

CONGRESSO PROPÕE JABUTIS PARA 'MP DA AMAZONAS' E TENTA IMPEDIR QUE ÂMBAR ENERGIA ASSUMA A DISTRIBUIDORA

Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA

Senadores e deputados tentam incluir "jabutis" na MP (Medida Provisória) 1.232/2024, que flexibiliza componentes regulatórios para viabilizar a transferência de controle societário da Amazonas Energia. Até o momento, os parlamentares apresentaram 74 emendas à matéria.

Entre as sugestões protocoladas estão propostas de alterações no texto relacionadas à MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) solar, à comercialização de energia elétrica, à renovação de contratos de distribuição de energia, entre outras. Há ainda tentativas de impedir que a Âmbar, braço de energia do grupo J&F, assuma o controle da distribuidora do Amazonas.

"Integridade do mercado de energia"

O líder do PL na Câmara, deputado Altineu Côrtes (RJ), propôs a adição de um parágrafo ao artigo 8º-C da MP, para proibir que um grupo econômico que tenha comprado termelétricas "de empresas estatais, privatizadas ou ainda sob controle da União" assuma o controle acionário da concessão em um período de até dois anos após a transferência.

"A emenda visa assegurar a integridade do mercado de energia, prevenindo que aquisições de usinas resultem em vantagens indevidas sobre distribuidoras envolvidas na compra de energia", justifica o parlamentar.

Se incluído no texto, o dispositivo afasta a possibilidade de o grupo J&F, dos irmãos Batista, assumir a Amazonas Energia. Isso porque em 10 de junho a Eletrobras anunciou a venda das usinas termelétricas da região Norte para a Âmbar Energia, mas a operação das duas empresas envolveu uma futura aquisição da Amazonas pela J&F.

"Benesses para Joesley Batista"

Outra emenda de autoria da deputada Dani Cunha (União-RJ) exclui a possibilidade das usinas adquiridas pelo grupo J&F neste mês de se beneficiarem do dispositivo da MP que permite a transição de contratos de compra e venda de energia, assinados entre as geradoras e a distribuidora, para CER (Contratos de Energia de Reserva).

"A empresa – vinculada ao grupo de Joesley Batista – comprou as usinas termoelétricas da Eletrobras, junto com os créditos que essas usinas detêm contra a Amazonas Energia. Em seguida se transferem as usinas de ambiente isolado para o sistema regulado, onde passam a receber pela disponibilidade, em uma operação que gerará bilhões de lucro para as usinas, com a consequente cobrança dos usuários de todo o país, através de rateio das contas de luz", diz a justificativa apresentada pela parlamentar.

"Devemos zelar para que o usuário não pague a conta das benesses que o governo resolveu dar para o grupo econômico de Joesley Batista", afirma Dani Cunha.

Renovação de concessões

O deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) apresentou uma emenda que estabelece que as concessões de distribuição de energia só podem ser renovadas ou prorrogadas após realização de consulta pública pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), com aprovação por maioria absoluta dos consumidores da região sob responsabilidade da distribuidora.

A proposta se dá em meio às discussões acerca da possibilidade de renovação de contratos a vencer até 2030, para os quais o governo publicou o Decreto 12.068/2024 com diretrizes gerais sobre o tema.

Geração Distribuída

Ao menos três parlamentares apresentaram emendas no sentido de estender os prazos de 12 para 36 meses para conexão de MMGD solar no sistema a partir da data de assinatura do CUSD (Contrato de Uso do Sistema de Distribuição).

Os deputados Marcelo Moraes (PL-RS), Max Lemos (Solidariedade-RJ) e Dagoberto Nogueira (PSDB-MS) alegam que a extensão do prazo se faz necessária visto que as distribuidoras alegam inversão de fluxo de carga no sistema para cancelar orçamentos de conexão, fazendo com que os processos se prolonguem por tramitarem na ouvidoria da empresa e no órgão regulador.

PLD

Há ainda, entre as proposições dos parlamentares, emenda que altera o cálculo do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) e inclui fatores como 1) "restrições de defluência e armazenamento dos reservatórios"; 2) "restrições de rampas de subida e descida das usinas hidrelétricas e termelétricas"; e 3) "reserva de potência operativa".

Veja aqui a emenda apresentada pelo senador Eduardo Gomes (PL-TO), que ele justifica com a necessidade de tornar a formação do PLD "aderente às práticas operativas" do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

CDE

Outros congressistas ainda apresentaram proposta de incluir a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), a ser regulamentada pelo Poder Executivo, na LOA (Lei Orçamentária Anual).

"Um fato defeituoso, na nossa visão, é que esse gasto da CDE não passa pelo Orçamento Geral da União. Os subsídios são suportados via consumidor, via tarifa de energia elétrica, e dessa maneira distorcem o mercado e encarem artificialmente o preço da energia. Nesse modelo, não é o Congresso Nacional que aprova esse orçamento que tanto impacta a economia brasileira, mas é a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), por via infralegal. O resultado desse modelo é muito ruim para o Brasil", justificaram os deputados Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) e Adriana Ventura (Novo-SP).

"Como resultado positivo, a medida proposta pela presente emenda contribuirá para interromper o ciclo de encarecimento artificial da conta de energia da população. E ainda, com foco no consumidor."

voltar para o topo

DIÁRIO OFICIAL

Tarifa de madrugada - Resolução Autorizativa 15.400/2024 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) autoriza a criação de ambiente regulatório experimental para execução do Sandbox Tarifário "Tarifa de Madrugada para abastecimento de carros elétricos" pela Copel Distribuição.

DROs - Despachos da ANEEL registram o recebimento de requerimentos de outorgas de unidades geradoras localizadas nos municípios de Bertolínia (PI), Canarana (MT) e Sebastião Leal (PI).

voltar para o topo

AGENDA

Lula, manhã - O presidente da República passa o dia em reuniões com diversos ministros no Palácio do Planalto. De manhã, recebe os ministros da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, às 10h; e o ministro da Educação, Camilo Santana, às 11h30.

Lula, tarde - De tarde, encontra-se com o secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil substituto, Marcos Rogerio de Souza, às 14h40; com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, às 15h; com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, às 16h; e com o vice-presidente Geraldo Alckmin, às 17h.

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (25) até o fechamento desta edição.

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda reúne-se, às 9h, com secretários da pasta, em Brasília (DF).

Reunião ANEEL - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) realiza, às 9h, reunião ordinária de diretoria. Acesse a pauta neste link. Acompanhe a transmissão aqui.

Arthur Lira - O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, está em Lisboa, onde participa, às 9h, do XII Fórum Jurídico de Lisboa, no painel "Avanços e Recuos da Globalização e as Novas Fronteiras".

Senado - O Senado Federal realiza sessão deliberativa às 16h. Acesse a pauta neste link.

Comissão de Infraestrutura - A CI (Comissão de Infraestrutura) realiza reunião deliberativa, às 9h. O colegiado pode votar o PL 868/2020, que cria a Tarifa Social Emergencial de Água, Esgoto e Energia Elétrica e propõe anistia de 100% dos pagamentos por três meses durante a vigência de estado de calamidade pública nacional. Acesse a pauta completa neste link.

Assuntos Econômicos - A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), do Senado, realiza reunião deliberativa, às 10h. O destaque da pauta é o PL 6.235/2023, que institui a LCD (Letra de Crédito do Desenvolvimento).

voltar para o topo

MONITOR

TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Não houve movimentação entre as propostas legislativas de interesse do setor que são acompanhadas pelo iNFRAMonitor.

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Não houve apresentação de propostas legislativas relevantes para o setor.

voltar para o topo

FIQUE DE OLHO

Adesão à MP 1.212/2024 - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) atualizou, nesta segunda-feira (24), os números de pedidos por parte de usinas para enquadramento na MP 1.212/2024. De acordo com a reguladora, foram recebidos 1.983 pedidos. No total, a potência solicitada é de 85,4 GW, com 57 usinas ainda em processo de instrução técnica pela ANEEL. Saiba mais neste link.

Concessões de distribuição - A EDP (Energias do Brasil S.A.) informou nesta segunda-feira (24) que, em relação ao Decreto 12.068, que regulamenta a licitação e prorrogação das concessões de distribuição de eletricidade no Brasil, a empresa detém duas concessões nos estados do Espírito Santo (EDP ES) e São Paulo (EDP SP), elegíveis para prorrogação, totalizando ativos regulados de R$ 7,9 bilhões.

UHE 14 de Julho - ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e a Ceran (Companhia Energética Rio das Antas) retomaram a operação da UHE 14 de Julho, localizada no Rio das Antas, na última quinta-feira (20). A usina estava fora de operação desde 1º de maio devido ao rompimento parcial do trecho direito da barragem causado por fortes chuvas no Rio Grande do Sul. Saiba mais aqui.

Recuperação de reservatórios - O TCU (Tribunal de Contas da União) está conduzindo uma auditoria operacional para avaliar o Plano de Recuperação de Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do Brasil. A fiscalização abordará a efetividade, economicidade e impacto social dessa política pública como parte das adaptações às mudanças climáticas. Acesse mais informações neste link.

Hidrogênio verde - O Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, visitou nesta segunda-feira (24) a usina de Puertollano, na Espanha, onde a Iberdrola produz H2V (hidrogênio verde) para fertilizantes nitrogenados. Durante a visita, acompanhada pelo CEO da Neoenergia, Eduardo Capelastegui, o ministro anunciou investimentos de R$ 30 milhões para a construção de uma usina de hidrogênio verde no Brasil. Na ocasião, a Neoenergia reiterou o interesse da empresa em investir no mercado brasileiro. Confira mais informações neste link.

Combustível sustentável - O MME (Ministério de Minas e Energia) participou do terceiro Congresso da Rede de BioQAV em Foz do Iguaçu (PR) e, na ocasião, destacou a importância do diálogo entre setores público e privado para viabilizar a produção de SAF (combustível sustentável para aviação). Confira detalhes neste link.

Energia renovável - O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante, destacou que o Brasil está bem posicionado no G20 para atrair investimentos focados na descarbonização da economia. A declaração foi feita durante a celebração do centenário da Câmara de Comércio Brasil-Espanha, em Madri, nesta segunda-feira (24). Saiba mais neste link.

Instalação das subestações - A Taesa (Transmissora Aliança de Energia Elétrica) informou, nesta segunda-feira (24), que o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) liberou a instalação das subestações SE Açailândia e SE Dom Eliseu II, relacionadas às instalações da concessão Tangará (Transmissora de Energia Elétrica). Saiba mais neste link.

JCP da Neoenergia - A Neoenergia informou, nesta segunda-feira (24), que o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$ 200 milhões de reais, com base nos resultados do primeiro semestre deste ano.

Dividendos da Alupar - A Alupar Investimento comunicou, nesta segunda-feira (24), que realizará o pagamento dos dividendos aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril, no valor total de R$ 237 milhões, em 1º de julho.

Rating da Raízen - A Fitch Ratings definiu rating 'AAA(bra)' à segunda emissão de debêntures da Raízen. Confira a íntegra do relatório divulgado nesta segunda-feira neste link.

Debênture da Enauta - A Enauta Participações informou, nesta segunda-feira (24), a conclusão da oferta pública da sua quarta emissão de debêntures simples em duas séries. O total subscrito e integralizado foi de R$ 600 milhões, divididos em R$ 396 milhões com vencimento em 2030 e R$ 204 milhões com vencimento em 2034.

voltar para o topo

CLIPPING

Comércio e residências têm consumo recorde de energia elétrica no 1º trimestre
Números são os mais altos em 20 anos da série histórica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); no geral, crescimento é de 7,3% em relação ao mesmo período de 2023. (Estadão)

Iberdrola anuncia usina de hidrogênio verde no Brasil
Projeto será conduzido pela distribuidora Neoenergia e faz parte de um pacote para o desenvolvimento da tecnologia no país. (Folha de S. Paulo - Painel S.A.)

Promessa de Biden, projeto de hidrogênio verde enfrenta oposição maior nos EUA
Programa que busca produzir hidrogênio usando gás e captura de carbono é alvo de questionamento. (Folha de S. Paulo)

Expectativa é de aumento dos investimentos
Aportes destinados a diferentes setores da economia brasileira seguem estratégia geopolítica. (Valor)

Margem Equatorial, um debate necessário
Cumpre ao Brasil liderar a pressão internacional na redução de uso dos combustíveis fósseis. (Valor - artigo)

Empresas de tabaco, cerveja e petróleo tentam fugir de 'imposto do pecado'
Congresso debate regulamentação de novo tributo, e governo propõe tributar até carro elétrico; setores contestam. (Folha de S. Paulo)

Ibama rebate crítica de ser anti-Petrobras e diz que já concedeu 28 licenças em 2024
Estatal ainda pressiona por autorização para explorar petróleo na Margem Equatorial, mas órgão ambiental afirma que decisão será técnica. (Folha de S. Paulo - Painel, Valor)

O Cade, a Petrobras e a revisão dos acordos de 2019
O Brasil precisa de instituições que garantam que o passado não seja incerto e de um Cade que defenda os consumidores brasileiros. (Valor - artigo)

Azevedo & Travassos e Petro-Victory firmam parceria para explorar campos de petróleo
O plano é unir esforços para conduzir estudos avançados de sísmica e geologia, iniciar a produção de barris e, posteriormente, apresentar um plano de desenvolvimento dos ativos à ANP. (Valor)

Atuação de facções criminosas na área de combustível entra na mira do Ministério da Justiça
Ministro decide criar grupo de trabalho para acompanhar o avanço de criminosos sobre a área de combustíveis. (Valor)

voltar para o topo

ENERGIA

A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, entre em contato.
O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia é destinado a assinantes**. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.
Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço infrajornalismo@agenciainfra.com em seus contatos.
Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.
Imagens:
-
Artes:
-

Equipe Agência iNFRA
Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra
Editores: Luana Dorigon e Rodrigo Zuquim
Editor do Site: Gabriel Tabatcheik
Analista: Marisa Wanzeller
Repórteres: Elisa Costa, Paula Melissa e Sheyla Santos
Colaborador: Felipe Moura
Gerente comercial: Beatriz Souza
Administração: Paula de Lima
+55 (61) 3247-5841
www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this?   unsubscribe from this list   update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.